



## DOSSIÊ "DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SISTEMA DE JUSTIÇA

*DOSSIER "HUMAN RIGHTS, PUBLIC POLICIES AND JUSTICE SYSTEM*

### **Maurício Jorge Pereira da Mota**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: [mjmota1@gmail.com](mailto:mjmota1@gmail.com)



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.02. Dossiê Direitos Humanos, Políticas Públicas e Sistema de Justiça, 2023

Wilson Antônio Steinmetz, Alexandre Burmann e Caroline Ferri Burgel

DOI: 10.12957/rqi.2023.71211

## APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o dossiê intitulado "Direitos Humanos, Políticas Públicas e Sistema de Justiça", resultado de uma parceria entre a Revista Quaestio Iuris (ISSN 1516-0351), publicação eletrônica trimestral de professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), indexada no *Emerging Sources Citation Index* (ESCI) da *Web of Science*<sup>TM</sup> e classificada pela CAPES/MEC como Qualis A3, na área do Direito, e o programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Este projeto conjunto foi coordenado pelos renomados professores e pesquisadores: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Aparecida Luiza Alzira Zuin, Prof. Dr. Delson Fernando Barcellos Xavier, Profa. Dra. Thais Bernardes Maganhini e Prof. Dr. Maurício Motta.

O dossiê "Direitos Humanos, Políticas Públicas e Sistema de Justiça" se destaca pela relevância e pela diversidade dos tópicos abordados nos artigos apresentados, porque nos textos há contribuições de impactos sociais, tecnológicos, econômicos e culturais para uma compreensão aprofundada das questões legais e sociais no Brasil. Afinal, os temas neste dossiê estão interligados e, por isso em conexão, desempenham papéis cruciais na promoção da justiça social, equidade e proteção dos direitos fundamentais das pessoas em uma sociedade.

No cerne dos Direitos Humanos está a ideia de que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis. Estes direitos abrangem aspectos, como direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à educação, à saúde, etc., e a condições de vida dignas. A proteção e promoção desses direitos são essenciais para o desenvolvimento de sociedades justas e equitativas.

As Políticas Públicas desempenham um papel crucial na implementação dos Direitos Humanos. São as ações e programas desenvolvidos pelo Estado para atender às necessidades e direitos dos cidadãos. Essas políticas devem ser desenhadas com o objetivo de garantir que todos, independentemente de sua raça, gênero, orientação sexual, origem étnica ou condição econômica, tenham acesso igualitário a recursos e oportunidades. Isso inclui educação de qualidade, saúde acessível, moradia digna, proteção social e acesso à justiça.

O Sistema de Justiça, por sua vez, é o mecanismo através do qual os direitos são protegidos e as políticas públicas são implementadas e fiscalizadas. Ele deve ser imparcial, acessível e eficiente, garantindo que todos possam buscar reparação em caso de violação dos seus direitos. Um sistema de



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.02. Dossiê Direitos Humanos, Políticas Públicas e Sistema de Justiça, 2023

Wilson Antônio Steinmetz, Alexandre Burmann e Caroline Ferri Burgel

DOI: 10.12957/rqi.2023.71211

justiça eficaz é fundamental para a manutenção da ordem social e para a confiança dos cidadãos nas instituições. Daí que a interação entre Direitos Humanos, Políticas Públicas e Sistema de Justiça cria uma base para uma sociedade mais justa e igualitária, reiteramos. É essencial que estes três pilares estejam convergentes, de forma integrada, para assegurar que todos os indivíduos possam viver com dignidade.

Neste contexto, o dossiê abrange temas que cobrem as necessidades emergentes da sociedade, inclusive discussão sobre a era cibercultural, porque temas desde justiça e direitos humanos até participação digital e políticas públicas representam um recurso abrangente e interdisciplinar. Discutir a interconexão entre a justiça social e a era digital, destacando como a tecnologia influencia o acesso e a execução de políticas públicas e direitos humanos é fundamental na sociedade contemporânea, por exemplo, a inclusão de tópicos como participação digital para tratar sobre a democratização do acesso à informação e o direito à comunicação, na amplificação das vozes da sociedade. Daí, este dossiê ser uma ferramenta valiosa para compreender estas complexidades da sociedade moderna e o papel vital das tecnologias emergentes na promoção de uma governança mais inclusiva, justa e democrática.

Além disso, os artigos também refletem a preocupação com as questões indígenas e minorias político-culturais, reconhecendo a importância de preservar a memória e as tradições desses grupos em um contexto de mudança social e legal. O debate sobre os direitos humanos dos povos originários é de suma importância no contexto global. Estes povos, frequentemente marginalizados e desprovidos de voz ativa, enfrentam desafios únicos em relação à preservação de suas terras, culturas e identidades. A discussão sobre seus direitos destaca a necessidade de proteger essas comunidades contra exploração, discriminação e violações, principalmente, na região amazônica, centro de debates mundial. Reconhecer e respeitar os direitos dos povos originários não é apenas uma questão de justiça social, mas também um passo fundamental para a preservação da diversidade cultural e ambiental. Este debate promove um entendimento mais profundo da interconexão entre direitos humanos, sustentabilidade e respeito às tradições e saberes ancestrais.

O artigo intitulado “Desaparecimento de Pessoas em Rondônia: Consolidação dos Dados e a Invisibilidade Social” aborda a questão sensível do desaparecimento de pessoas em Rondônia, explorando a invisibilidade social que muitas vezes cerca esse tema. O desaparecimento de pessoas em Rondônia evidencia um grave problema social. A consolidação de dados é essencial para entender a magnitude da questão, mas enfrenta o desafio da invisibilidade social. Este fenômeno não apenas causa



angústia às famílias afetadas, mas também reflete lacunas em segurança e justiça social, consequentemente, é tema de relevância para os direitos humanos.

Com tema “Atuação do Ministério Público Federal na Garantia de Direitos Indígenas durante a Construção das Usinas do Complexo do Madeira em Porto Velho- Rondônia” a proposta é analisar o papel do Ministério Público Federal na proteção dos direitos indígenas em meio ao desenvolvimento das usinas do Complexo do Madeira. O Ministério Público Federal desempenha um papel crucial na proteção dos direitos indígenas e no contexto do Complexo do Madeira, a atuação foi e é fundamental para assegurar que o empreendimento hidrelétrico respeite a integridade territorial e cultural desses povos, equilibrando progresso econômico com a preservação de direitos essenciais.

Como tema “O Acesso à Justiça em Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania”, este artigo explora a acessibilidade à justiça por meio dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

Intitulado “Catarse, Crítica e Resistência: A Memória nas e para as Minorias Político-Culturais - Reflexões desde o Pensamento Indígena Brasileiro”, este trabalho reflete sobre a importância da memória para as minorias político-culturais, com foco no pensamento indígena brasileiro. A memória das minorias deve ser preservada como um ato de justiça histórica e cultural. Ela salvaguarda identidades únicas, experiências e histórias que são fundamentais para a diversidade e riqueza cultural. Essa preservação combate o apagamento e a marginalização, permitindo que vozes historicamente silenciadas sejam ouvidas e valorizadas.

Há Socioeducação na Medida Socioeducativa PSC?; com este artigo é possível questionar a presença de elementos de socioeducação em medidas socioeducativas, analisando questões relacionadas à justiça juvenil. A socioeducação e as medidas socioeducativas são vitais para reintegrar jovens em conflito com a lei. Elas focam na reeducação e no desenvolvimento social, ao invés de simplesmente punir. Este enfoque auxilia na construção de um futuro melhor para estes jovens, enfatizando a reinserção social e a responsabilidade.

“Democracia e Tecnologia Social”: este trabalho explora a relação entre democracia e tecnologia social, investigando como a participação digital pode fortalecer a democracia. Considerar a democracia como uma "tecnologia moderna" oferece uma perspectiva inovadora sobre seu papel e evolução na sociedade contemporânea. Essa analogia destaca como a democracia, assim como a tecnologia, é um sistema projetado para resolver problemas, neste caso, de governança e representação. Na era moderna, a democracia se adapta e evolui, integrando novas ferramentas e métodos para melhor



atender às necessidades de sociedades cada vez mais complexas e interconectadas. Isso inclui o uso de plataformas digitais para votação, debates públicos e participação cidadã, ampliando o acesso e a inclusão no processo democrático. Da mesma forma que a tecnologia, a democracia requer atualizações constantes para enfrentar desafios emergentes, como a desinformação, polarização política e questões de segurança cibernética. Assim, a democracia, entendida como uma tecnologia moderna, é um sistema em constante desenvolvimento, buscando equilibrar eficiência, transparência e participação em um mundo em rápida transformação.

**Sistema Jurídico e Participação Digital:** Este estudo aborda a participação digital no contexto do sistema jurídico, examinando como a tecnologia afeta a interação entre cidadãos e o sistema de justiça.

Este dossiê, intitulado "Direitos Humanos, Políticas Públicas e Justiça", é uma análise profunda e essencial, explorando a intersecção entre os direitos humanos e a implementação de políticas públicas eficazes. Ele destaca o papel da justiça na garantia desses direitos, servindo como um recurso fundamental para pesquisadores e formuladores de políticas.

Agradecemos aos autores e às autoras por suas contribuições significativas e por tornar possível este trabalho publicado pela RQI/UERJ e pelo DHJUS/UNIR.

#### **Professores Doutores**

**Aparecida Luzia Alzira Zuin**  
**Delson Fernando Barcellos Xavier**  
**Maurício Motta**  
**Thaís Bernardes Maganhini**

